

*"O governo
Temer funciona
mais ou
menos como
uma infecção
oportunistica.
Aproveita o
momento de
maior debilidade
do organismo
para promover
a destruição
e espalhar a
moléstia pelo
corpo social."*

EDITORIAL
Pág. 2

▪ **POLÍTICA PÚBLICA**

O papel da
engenharia nos
projetos de moradia

PÁG. 3

▪ **ENTREVISTA**

Curso discute o
papel do Brasil na
economia mundial

PÁG. 6



O perigo de privatizar bens essenciais

Medida ameaça "tarifas sociais" mantidas pela empresa para garantir o fornecimento de água para população mais pobre PÁG. 5

A RECIDIVA NEOLIBERAL

O governo Temer funciona mais ou menos como uma infecção oportunista. Aproveita o momento de maior debilidade do organismo para promover a destruição e espalhar a moléstia pelo corpo social. Além do conjunto de ofensivas danosas ao tecido social, como a reforma da previdência, a flexibilização das leis trabalhistas, a entrega do pré-sal e a subserviência ignominiosa ao capital financeiro, vem aí mais um pacote de medidas deletérias.

A criatividade para o mal não tem limites. Sob o pretexto de “destravar investimentos”, seis medidas estão em andamento. Na primeira etapa desse programa estão previstas novas regulamentações para venda de terra para estrangeiros, novas regras de exploração de petróleo e gás, medida provisória para renovação antecipada de concessões, nas telecomunicações mudança na oferta de banda larga em áreas que dão prejuízo e finalmente na construção civil o aumento para R\$ 9.000 da faixa de renda para aquisição de imóveis pelo Minha Casa, Minha Vida. É esta a única forma que o governo Temer tem vislumbrado para resolver a crise de arrecadação do estado em nível federal e estadual: entregando o patrimônio público na “bacia das almas”.

Vamos acompanhar e denunciar mais esta ofensiva das forças neoliberais no país. Somente um novo ciclo de mobilização popular poderá reverter o péssimo momento que o Brasil atravessa.

Ano do Galo - hora de encarar o dragão chinês

MILTON POMAR*

As notícias sobre a China dão conta de que o dragão diminuiu um pouco o ritmo, mas continua na marcha batida para chegar ao primeiro lugar no mundo, em tudo o que for possível, e alcançar 20% de participação mundial nas áreas estratégicas para o desenvolvimento: alimentos, energia, indústria, transporte ferroviário e marítimo etc. A China já é a maior economia do mundo, e continuará sendo em 2050, pela Paridade do Poder de Compra (PPP), segundo o estudo “The long view: how will the global economic order change by 2050?”, da PricewaterhouseCoopers UK, publicado em fevereiro de 2017. Segundo ele, estima-se que a China seguirá firme e forte na liderança mundial. A Índia e os Estados Unidos trocarão de posições em 2050, ficando com o 2º e o 3º lugares, respectivamente, no ranking das maiores economias. Na sequência, Indonésia (8º para o 4º lugar) e o Brasil (7º para o 5º)!

A grandeza econômica deverá ser proporcional ao tamanho das populações desses países, com algumas notáveis diferenças: a Índia, hoje com 1,3 bilhão de habitantes, deverá atingir inacreditáveis 1,7 bilhão em 2050, segundo estimativas divulgadas pela ONU no ano passado. Ou seja, 400 milhões de pessoas (duas vezes a população brasileira) a mais nos próximos 33 anos! O enorme crescimento indiano ocorrerá ao mesmo tempo em que haverá a queda da população chinesa, que deverá passar dos 1,42 bilhão em 2030, para

1,35 bilhão em 2050. E, em 2100, a China deverá ter “apenas” 1 bilhão de habitantes – quantidade a que chegou em 1980, obrigando o governo do país a implantar a política demográfica que ficou conhecida como “Política do Filho Único”.

Em terceiro lugar na economia em 2050, os Estados Unidos ficarão em quarto em população, com 389 milhões de habitantes, atrás da Nigéria, que deverá chegar a 398 milhões; e a Indonésia, quarta colocada, com 322 milhões, ficará em 5º, seguida de perto pelo Paquistão, com 309 milhões. O Brasil, com 238 milhões, ficará em 7º lugar em número de habitantes. O grande salto no período será da Índia, que deverá mais do que dobrar o tamanho da sua economia, passando dos 7% de 2016 para 15% do

total mundial em 2050. E a maior queda será da União Europeia, que cairá dos atuais 15% para apenas 9%. Os EUA cairão dos 16% do ano passado para modestos 12% – mais modestos ainda quando se considera que o país já foi dono de um terço da economia mundial. A China, maior parceiro comercial do Brasil há oito anos, passará de 18% da economia mundial para 20%.

Portanto, não há mais como a futura quinta maior economia mundial deixar de levar a maior economia a sério. O Brasil tem de encarar o dragão chinês – e esse Ano do Galo pode ser o momento certo.

* MILTON POMAR é profissional do marketing, geógrafo, professor e técnico agropecuário.

Portanto, não há mais como a futura quinta maior economia mundial deixar de levar a maior economia a sério



Em abril, o SENGE-RJ promove o curso CHINA: impactos sobre salários e empregos no Brasil e intercâmbios possíveis. Saiba mais em www.sengerj.org.br/blogs/formacaoecultura



SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Endereço: www.sengerj.org.br
Correio eletrônico: informe@sengerj2.org.br
comunicacao@sengerj2.org.br

PRESIDENTE
Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA COLEGIADA

Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Gunter de Moura Angelkorte, Herminio de Aguiar Caldeira, Jorge Antônio da Silva, Jorge Mendes Vieira de Carvalho, Jorge Saraiva da Rocha, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antonio Cosenza, Marco Antônio Barbosa, Maria Virgínia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Nei Rodrigues Beserra, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Roberto Ricardo de Araújo Góes, Vera Bacelar Cantanhede de Sá, Victor Marchesini Ferreira

COLETIVO DE COMUNICAÇÃO

Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Jorge Saraiva da Rocha, Miguel Santos Leite Sampaio e Victor Marchesini Ferreira

CONSELHO FISCAL

Efetivo: José Stelberto Porto Soares, Paulo César Quintanilha, Sônia da Costa Rodrigues
Suplente: Antônio Carlos Alvares Grillo

JORNAL DO ENGENHEIRO

Editora e jornalista responsável:

Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

Repórter: Marcelle Pacheco

Estagiária: Samantha Su

Diagramação: Leonardo Santos

Revisão: NPC

E-mail: comunicacao@sengerj2.org.br

Tiragem: 2.500 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Folha Dirigida

Engenharia é fundamental para moradias mais justas

Evento no SENGE-RJ irá discutir a luta pelo direito à moradia no Rio de Janeiro

Uma das primeiras pessoas que o diretor do SENGE-RJ Marco Antonio Barbosa lembra quando é questionado sobre a importância social da engenharia é Rubens Paiva. Engenheiro e deputado federal assassinado pelo regime militar, Paiva foi o responsável por projetar o conjunto habitacional que leva seu nome na Pavuna, Rio de Janeiro.

Construídas pelo Banco Nacional de Habitação, na década de 1960, as casas são reconhecidas como projetos de engenharia de qualidade e excelência no campo da habitação popular. Elas têm, por exemplo, o pé direito (espaço do chão até o teto) com 3m. Atualmente, a lei determina que a altura para espaços sociais deve ser de 2,5m e para banheiros, 2,3m. Além disso, as casas foram construídas bem ao centro do terreno, para deixar espaço de circulação de ar entre elas, o que previne doenças e aumenta a qualidade de vida dos moradores.

Para Marco Antonio, Rubens Paiva representa exatamente qual é o papel social da engenharia:

“Ele tinha um carinho muito grande pela profissão. Pavuna era um lugar considerado muito longe e muito complicado, mas ele se dedicou muito como responsável técnico do projeto. Rubens Paiva tinha um orgulho muito grande do resultado. Um conjunto habitacional que era realmente bom para a população. A filha dele, Vera, contou que era comum o pai levar os filhos para conhecer o lugar”, afirma Marco Antonio.

A jornalista Glaucia Marinho, da Justiça Global, critica o modelo de habitação popular atual, que privilegia apenas as empreiteiras.

“Os programas de habitação popular não privilegiam a necessidade do morador. São apartamentos pequenos e em locais muito distantes de necessidades básicas. A moradia popular não se trata apenas da casa em si, mas do que deve estar disponível ao redor: escola, transporte, rede de água e esgoto. Não é só a parede”, critica Glaucia.

A jornalista lembra ainda muitos imóveis estão fechados e abandonados,



Acervo particular

O engenheiro e político Rubens Paiva projetou um conjunto habitacional na Pavuna

sem cumprir sua função social.

“Um programa efetivo de habitação popular, aliado ao uso correto de imóveis que estão vazios, poderia fechar a equação do déficit habitacional”, defende ela.

Para discutir a luta pelo direi-

to à moradia no Rio de Janeiro, o SENGE-RJ promove, no dia 30 de março, a primeira edição da roda de conversas “Cidade Para Todos”. O objetivo é fazer uma análise em conjunto sobre o assunto e saber como, por exemplo, o próprio Sin-

dicato dos Engenheiros pode apoiar essa luta histórica.

Glaucia acredita que o evento será importante por juntar os militantes com os profissionais, que têm conhecimento técnico, na luta pelo direito à moradia.

“O que vemos em muitos casos é o uso político do conhecimento técnico. Parte das remoções é justificada por risco de desabamento em laudos de engenheiros da prefeitura. Por isso, é fundamental aproximar os militantes dos profissionais”, afirma a jornalista.

EVENTO

Cidade Para Todos - A luta pelo direito à moradia no Rio de Janeiro
Data: 30 de março de 2017
Horário: 18h
Local: Auditório do Senge-RJ
Avenida Rio Branco, 277, 17º andar.



Jogo Amistoso Time Feminino: Integradas x Derivadas



Campeão de 2016: Time Fênix
Vice-campeão de 2016: Galo de Ouro

ENGENHEIROS E ENGENHEIRAS, BONS DE BOLA!

4ª COPA SENGE-RJ DE FUTEBOL SOCIETY

Monte seu time! Venha assistir e torcer!

Inscrições:

13 de março a 17 de abril de 2017

Informações:

eventosengerj@gmail.com

Data dos jogos:

Julho e Agosto de 2017

Inscrições e Regulamento:

<http://estatico.sengerj.org.br/copasenge/index.html>

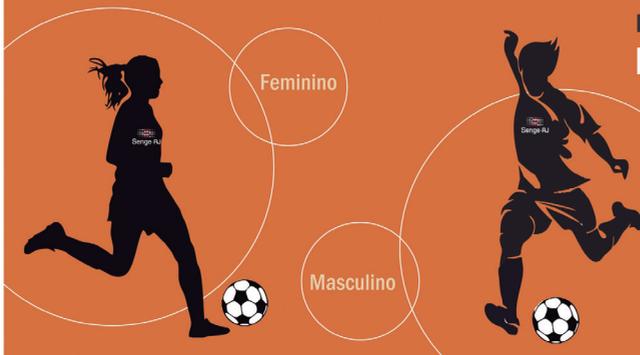
Local: Rio de Janeiro

Promoção



Senge-RJ
Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro

Apoio



A fala do Comandante do Exército e a indicação de Alexandre de Moraes para o STF

Cientista político Jorge Folena analisa a entrevista concedida pelo General Eduardo Villas Boas e a indicação do ex-ministro da Justiça Alexandre de Moraes ao STF

Na última sexta-feira, 17 de fevereiro de 2017, o Comandante do Exército, General Eduardo Villas Boas, concedeu importante entrevista ao *Jornal Valor*, cuja repercussão tem sido abafada por setores da mídia tradicional e principalmente do meio político.

O general tocou em temas atuais e relevantes para o país, como a calamidade na área de segurança, em que “hoje morrem cerca de 60 mil pessoas por ano assassinadas, cerca de 20 mil pessoas desaparecem no país por ano, 100 mulheres são estupradas por dia.” Com relação ao bárbaro estupro de mulhe-

res no século XXI, foi dada a resposta, de forma consciente ou não, ao parlamentar que diz “que certas mulheres não merecem ser estupradas”.

Estes dados revelam o estado de crueldade em que vive a sociedade brasileira, na qual se aceita com naturalidade assassinatos, desaparecimentos de pessoas e estupro sistemáticos de mulheres, sem que as pessoas se alarmem, de verdade, com estes graves acontecimentos, tratados com banalidade.

O general foi categórico também em afirmar que não cabe às Forças Armadas fazer o papel da polícia no combate à criminalidade, uma vez que “não queremos que o uso das Forças Armadas interfira na vida do país.” Ou seja, a sociedade brasileira não necessita ser “tutelada”, como ocorreu no passado. Outra resposta imediata aos setores que pedem intervenção militar.

A crise na segurança pública, com o assassinato e o desaparecimento de pessoas e o estupro de mulheres, foi uma das tarefas entregues ao ex-ministro da Justiça Alexandre de Moraes, indicado (pela Presidência da República) para o Supremo Tribunal Federal, em decorrência da morte do ministro Teori Zavaski.

Moraes que, à frente do Ministério da Justiça, se apresentou mais como uma espécie de chefe da “segurança pública” no país, fracassou na sua missão institucional, uma vez que “a Polícia Federal (sob o comando do Ministério da Justiça) estima que cerca de 80% da criminalidade seja ligada direta ou indiretamente à droga”, como destacou o general Villas Boas.

Assim, Alexandre de Moraes não conseguiu impor-se como ministro da importante pasta da Justiça nem como chefe da “segurança pública” capaz de enfrentar o tráfico de drogas, ao contrário da imagem caricata, por ele construída, de

cortador de pés de maconha.

Ao ser indicado para o STF sem as credenciais necessárias, por ter fracassado no comando da segurança pública, fica a sensação de que seu nome pode representar uma desestabilização para o prosseguimento das investigações contra os políticos com mandatos eletivos, que estão sob a responsabilidade do STF.

Na sua entrevista, o Comandante do Exército manifestou, com total convicção, que “hoje somos um país que está à deriva, que não sabe o que pretende ser, o que quer ser e o que deve ser.” Vindo esta declaração de um auxiliar e uma autoridade importante da República, constata-se que não existe governo, neste momento, no Brasil.

Nessas bases, a aprovação pelo Senado do nome de Alexandre de Moraes para o STF representará a ratificação completa de que “somos um país que está à deriva”, diante de um desgoverno que trabalha sistematicamente contra os interesses do país (inclusive facilitando a aquisição de terras por estrangeiros, na faixa de fronteira, em risco à soberania nacional) e de um grupo político que impõe sua sobrevivência à custa dos interesses do povo, num grande conluio contra o Brasil, sendo

que muitos deles respondem a processos criminais no STF e têm seus nomes acobertados na “lista da Odebrecht”.

Com certeza, Comandante, estamos no fundo do poço e da degradação política!



Jorge Folena

CURSO INTENSIVO

CHINA

IMPACTOS SOBRE SALÁRIOS E EMPREGOS NO BRASIL E INTERCÂMBIOS POSSÍVEIS

6 E 7 DE ABRIL . 18H ÀS 21H



ESPECIALISTA
VLADIMIR MILTON POMAR

DEBATE SOBRE OS IMPACTOS DO 13º PLANO QUINQUENAL (2016-2020) CHINÊS SOBRE OS SALÁRIOS E O EMPREGO NO BRASIL, ABORDANDO POSSÍVEIS INTERCÂMBIOS ENTRE OS DOIS PAÍSES. APRESENTAÇÃO DE DADOS HISTÓRICOS, ECONÔMICOS, CULTURAIS, POLÍTICOS E GEOPOLÍTICOS, SOBRE O MERCADO CONSUMIDOR E ESTRATÉGIAS DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL NA CHINA.



Engenheiro, conheça seu sindicato!

Audatório do Senge
Av. Rio Branco 277, 17º andar
Rio de Janeiro - RJ - Cep: 20040-009
Telefone: (21) 3505-0700
E-mail: capacitacao@sengerj2.org.br
www.sengerj.org.br



Senge-RJ
Sindicato dos Engenheiros
no Estado do Rio de Janeiro

Âpoio



MUTUA
CENTRO ASSISTENCIAL DE PROFISSIONALISMO

Venda da CEDAE expõe privatização de bens essenciais

Medida ameaça "tarifas sociais" mantidas pela empresa para garantir o fornecimento de água para população mais pobre



Com informações do Brasil de Fato

Com a desculpa de conter a grave crise financeira que o Rio de Janeiro enfrenta, o governo liderado por Pezão (PMDB) aprovou a privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE). A empresa pública, que entre 2012 e 2015 apresentou lucro líquido de R\$ 1,5 bilhão, é responsável por abastecer 62 municípios do Rio.

A privatização da CEDAE é um dos principais pontos de negociação do Governo do Estado pelo adiamento do pagamento da dívida com a União durante 36 meses. A barganha foi assinada no dia 26 de janeiro entre o governo do estado e o governo federal, por meio do ministro da fazenda de Michel Temer, Henrique Meirelles. Entre as metas pelo perdão da dívida, foi incluído também um aumento drástico da contribuição previdenciária que eleva de 11% para 14% e, durante três anos, possui uma alíquota extra de 8%. Ou seja, até pelo menos 2020, a contribuição previdenciária dobrará para 22%.

Segundo estudos preliminares encomendados pelo governo e divulgados pela mídia, o valor de venda estimado da companhia gira em torno de R\$ 4 bilhões a 6 bilhões, o que não cobre a injeção de recursos que a empresa vem recebendo. A direção da empresa informa que a empresa atualmente executa obras de R\$ 7 bilhões.

Desde 2012, a Cedae realiza investimentos substanciais na ampliação de sua rede de água e esgoto. Está em andamento um projeto de expansão conhecido como Guandu II, que vai aumentar em 70% o abastecimento da região da Baixada Fluminense. O investimento de R\$

3,4 bilhões vai fornecer água para 3 milhões de moradores da região metropolitana do Rio de Janeiro. Finalmente, a Baixada terá fornecimento de água regular e vai corrigir uma dívida histórica já que o próprio reservatório de água, o Guandu, fica nessa região. O projeto é financiado pela Caixa Econômica Federal.

Outro investimento realizado pela empresa é o AP5, que incluiu melhorias e expansão da rede da Cedae nos bairros da Barra, Recreio e Jacarepaguá. O projeto no valor de R\$ 1,2 bilhão foi concluído antes da Olimpíada e teve financiamento de outro banco público, o BNDES, que emprestou R\$ 640 milhões à Cedae.

Os investimentos, feitos com recursos de bancos públicos, dão conta do esforço da empresa para ampliar sua rede de água e esgoto, melhorando o fornecimento e assim também aumentando sua arrecadação, o que garante a saúde financeira da companhia.

TARIFA SOCIAL

A CEDAE cobra taxas diferenciadas em bairros nobres e bairros com altos índices de pobreza. O objetivo é garantir o fornecimento de água tratada em locais onde a população não teria condições de pagar. Moradias em locais de baixa renda ou de difícil acesso não possuem hidrômetro, é cobrado um valor fixo e o uso de água é livre.

Com a privatização, é quase certo que a tarifa irá subir e que não haverá mais diferença no valor. É o caso da Águas de Niterói, concessionária res-

ponsável pela distribuição de água na cidade, onde não há tarifa social. Além disso, é o que também se observa ao analisar as privatizações no resto do mundo. Na Inglaterra, após a privatização, a tarifa subiu 95% entre 1989 e 1999. Na Bolívia, em apenas um ano, o valor aumentou 35%. Nos últimos 15 anos, 235 cidades em 37 países retomaram o controle público da água, como Paris e Berlim, devido às altas taxas cobradas pela iniciativa privada e à piora das condições nos bairros mais

“A CEDAE está em duas áreas importantes: o saneamento e o meio ambiente, para evitar doenças e contaminação”

pobres por não haver interesse de empresários em investir nesses locais.

Outra consequência da precarização é o crescimento dos gastos com saúde provocados pelo aumento das doenças. Segundo a ONU, a cada 1 real investido em água e saneamento, economizam-se 4 reais em saúde.

“O fornecimento de água tratada já é suficiente para diminuir o risco de várias doenças. Se a pessoa tem água limpa, ela já não precisa pegar água de um riacho, por exemplo, onde não se tem o controle de vetores”, afirma Yuri Moreno de Medeiros, engenheiro civil e representante sindical na CEDAE.

Ele defende ainda a importância da empresa.

“A CEDAE está em duas áreas importantes: o saneamento e o meio ambiente, para evitar doenças e contaminação. O custo para tratar água é bem mais baixo que para tratar esgoto. No plano de privatização da CEDAE, o que se pretende é privatizar a parte da

água e deixar o esgoto, que é caro, para depois. Como sempre, o bônus vai ficar com a empresa privada e o ônus com o estado. Hoje, a CEDAE tem o ônus e o bônus, mas consegue balancear as duas partes e ainda gerar dinheiro para o estado”, afirma Medeiros.

MERCADORIA

A privatização da CEDAE é um exemplo de uma empresa responsável por cuidar de bens considerados essenciais ou estratégicos passar para a mão da iniciativa privada. Como a natureza da empresa privada é alcançar o lucro da maneira mais rápida possível, serviços como água e energia deveriam ser oferecidos por empresas públicas. São elas que serão responsáveis por fazer o fornecimento em regiões onde não haverá lucro. É o que explica José Ezequiel Ramos, do Sindicato dos Engenheiros de Rondônia e diretor da Fisenge.

“Quem tem que fazer política pública é o governo, para universalizar a infraestrutura que é necessária para o desenvolvimento. É claro que a empresa privada terá como objetivo o lucro. Não é fazer política pública. Especialmente em uma região como a amazônica, é fundamental que o Estado esteja presente, para defender os interesses da população brasileira”, defende Ezequiel, que é engenheiro electricista e funcionário da Eletrobrás Distribuição Rondônia.

A Light foi privatizada, em 1996, pelo programa federal de desestatização por meio de leilão na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Somente em 2016, a empresa deixou os consumidores no escuro por 18 horas, o dobro do permitido pela Aneel.

Qual o papel do Brasil na América e no

1) Como o senhor avalia a situação do Brasil frente à comunidade internacional, especialmente a América Latina? O que mudou após o impeachment?

– A imagem do Brasil está extremamente negativa no plano internacional e particularmente na América Latina. Todas as informações sobre o processo contra a presidente Dilma geraram uma conclusão de que se tratava de um golpe parlamentar. As primeiras medidas do governo Temer mostraram uma postura ideológica reacionária que provocou reações negativas em todo o mundo.

2) O que pode ser feito para melhorar esse cenário?

– Derrubar o governo Temer e não deixar que as forças reacionárias continuem controlando o país.

3) Quais são as expectativas de futuro para o país?

– As medidas, sobretudo as medidas econômicas, do atual governo se caracterizam pelos seguintes objetivos: 1) manter as taxas de juros elevadas para transferir recursos do povo brasileiro para o setor financeiro que controla o país; 2) privatizar as empresas públicas, sobretudo as mais exitosas, para atender às pressões internacionais do capital financeiro, particularmente os inte-

Theotonio dos Santos é pesquisador visitante sênior da UERJ e um dos professores do curso AMÉRICA LATINA NO SISTEMA MUNDIAL, promovido pelo SENGE-RJ



Foto: Adriana Medeiros

resses estadunidenses; 3) restringir as políticas sociais do governo da coalizão dirigida pelo Partido dos Trabalhadores (PT) para atender às queixas e ódios dos setores sociais que vivem às custas de mão de obra barata; 4) restringir a capacidade científica e tecnológica do país, educacional, de saúde e habitacional com o objetivo de deter a politização e a capacidade de organização dos setores excluídos. Se gera assim um aumento de uma já profunda desigualdade social levando ao desespero setores excluídos e aprofundando as reações desespera-

das na luta pela sobrevivência num clima de confratação geral.

4) Qual vem sendo o papel do Brasil nas discussões sobre desenvolvimento sustentável?

– O governo brasileiro apoiou as iniciativas da reunião de Paris com propostas de aceitação internacional. Durante os governos populares de Lula e Dilma conseguiu-se reduções do desmatamento das importantes florestas brasileira, cuja destruição é uma das maiores ameaças ao meio ambiente mundial.

5) Como o senhor avalia a mudança de posição do presidente Temer em relação ao BRICS, dizendo que ia dar prioridade às relações com os Estados Unidos?

– Durante a luta pela independência da América Latina, e do Brasil em particular, uma grande parte da classe dirigente brasileira buscou apoiar-se nos antigos colonizadores espanhóis e portugueses. Eles não eram capazes de ver que essas potências estavam em plena decadência e que a luta pela independência seria necessariamente vitoriosa, sobretudo quando contava com a liderança de um gênio militar e político como Simón Bolívar. A mesma situação ocorre com um amplo setor das classes dominantes brasileira e latino-americana que não entendem e não concebem a possibilidade da decadência já bastante acentuada do domínio estadunidense. A criação do Banco dos BRICS, juntamente com o Banco Asiático de Desenvolvimento, está estabelecendo uma estrutura financeira já nesse momento mais poderosa que o sistema criado em Bretan Wood que se encontra em plena decadência.

6) Com a eleição do Trump, nos Estados Unidos, o que muda na governança global?

– Os dois governos Obama desenvolveram uma oratória aparentemente

MAIO A JULHO
CURSO SEMIPRESENCIAL

Dirigido a profissionais e estudantes de engenharia e áreas afins, economia e ciências sociais, gestores públicos e privados.
Pré-requisito: possuir nível superior completo ou em curso.



DESCONTOS ESPECIAIS
Profissionais e estudantes sindicalizados ao SENGE-RJ e para empresas.

**AMÉRICA LATINA
NO SISTEMA MUNDIAL**
INTEGRAÇÃO REGIONAL E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO



mundos?

mais progressista, contudo, a prática do governo dos EUA nesse período prolongou as violências e o terrorismo inerente à imposição sobre o Planeta de uma potência inescrupulosa.

7) Qual o papel da engenharia brasileira neste cenário?

– A engenharia brasileira realizou um grande avanço, sobretudo na Era Vargas, que permitiu criar uma cidade em zonas semi-desérticas como Brasília ou a criação da maior usina elétrica do Mundo e um sistema rodoviário de grande vulto. Ela também se destacou no exterior com grandes obras. Todas essas conquistas se mantiveram mesmo nos períodos recessivos e de restrições comandadas pelo pensamento econômico neoliberal e os interesses de um capital financeiro cada vez mais especulativo e inútil. É importante destacar que neste momento concentra seus esforços para a criação de um sistema educacional voltado para a engenharia, sobretudo a engenharia de sistemas que já no atual momento produz duas vezes engenheiros na China do que nos EUA. Por isso, a China vem obtendo um desenvolvimento em mais de três décadas. O Brasil se vê ameaçado pelas políticas neoliberais que desprezam o papel da engenharia no desenvolvimento econômico e social.

8) Fale um pouco sobre o curso promovido pelo SENGE-RJ. Qual a importância dele para os profissionais e para a discussão do papel do Brasil na política internacional?

– Como vimos o Brasil está ameaçado de diminuir drasticamente o avanço que havia conquistado nos últimos 10 anos. Nossas exportações cresceram de cerca de 50 bilhões de dólares para pouco mais de 150 bilhões de dólares durante o governo Lula. Este êxito econômico tem a ver com uma política internacional voltada para a integração regional, cooperação e a unidade dos povos submetidos à dominação internacional das grandes potências econômicas, políticas e militares. O programa de estudos organizado pelo SENGE, pelo IFHT e pela Cátedra UNESCO em Economia Global e Desenvolvimento Sustentável permitirá criar formuladores de políticas públicas internacionais que coloquem o Brasil na vanguarda do estabelecimento de uma estrutura mundial baseada num profundo avanço econômico, social e cultural baseado numa política de paz, cooperação e respeito aos direitos humanos.

População deve cobrar vistoria nas instalações de gás

Fátima Rodrigues, do grupo "Morte Por Gás Nunca Mais", fala sobre a importância da vistoria

1) Conte-nos um pouco sobre o início de sua luta no movimento.

– A luta do movimento "Morte Por Gás Nunca Mais" teve início um mês após o acidente fatal com a minha filha. Consegui contato com alguns familiares que haviam perdido seus filhos e irmãos da mesma forma. Fomos encaminhados para a comissão de Direitos Humanos da Alerj pelo sociólogo Rubem César Fernandes.

2) Quais as principais diferenças entre a lei de Vistoria de Gás aprovada na ALERJ e aquela que vocês apresentaram como ideal?

– A lei aprovada obriga a CEG a fazer vistorias nas unidades residenciais e comerciais a cada cinco anos com o consumidor arcando com o valor da mesma. Nosso pleito era de que fossem feitas as vistorias a cada dois anos e de forma gratuita por parte da concessionária, pois aí sim o consumidor estaria totalmente seguro.

3) Qual é a sua avaliação da relação entre a CEG e o governo do estado? Como essa relação influenciou no resultado da votação da Lei de Vistoria do Gás?

– Na época da atuação do Movimento e na luta para aprovar o projeto de lei, eu vi que a ligação da CEG com o governo do estado é bem estreita e absurda. O poder concedente deveria cobrar da agência que fiscaliza a CEG (Agenera) rigor e responsabilidade. Diante de tantos acidentes envolvendo a CEG desde o processo da conversão do gás, o governo do estado deveria até mesmo cassar a concessão e não fazer vista grossa como fez ao minimizar a gravidade do assunto.

4) Qual deveria ser o papel da CEG na prevenção? E da agência reguladora?

– O papel da CEG deveria ser de assumir a responsabilidade sobre os acidentes, ser parceira do consumidor, afinal, ela vende um produto que MATA!

Quanto à Agenera, o que eu vi foi um cabide de empregos. Em uma reunião que tivemos com eles, nos falaram que não têm o direito de obrigar a CEG a agir desta

ou daquela forma, podem apenas aconselhar. Então, que fiscalização é essa? Um comportamento paradoxal da parte da Agenera.

5) E como a população, o cidadão comum, pode agir?

– A população tem que cobrar das autoridades, governador, deputados, Ministério Público, uma medida de proteção de fato efetiva. A CEG parece ser blindada. Nós fizemos a nossa parte, tudo o que estava ao nosso alcance foi feito!

6) Você trabalhou muito tempo ao lado do Antonio Gerson nessa luta. Como você avalia a importância dos engenheiros e da engenharia nesse processo?

– A participação dos engenheiros que têm conhecimento na área do gás é fundamental. Nosso eterno agradecimento ao Antonio Gerson que foi incansável ao nosso lado nos dando todo amparo técnico, pois nossa fala tendia sempre para o lado emocional. Na verdade, os órgãos competentes e a imprensa precisam muito do parecer de um profissional que de fato entenda e seja apto a responder sobre o assunto com bastante conhecimento de causa, assim como o Antonio Gerson.



Sengen RJ
Sindicato dos Engenheiros
no Estado do Rio de Janeiro

Acesse o nosso site e
conheça o curso de

Autovistoria Predial

www.sengerj.org.br

art 27

GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Sengen fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

Engenheiros e especialistas discutem um projeto para o Brasil

Série de debates “SOS Brasil Soberano” será realizada em todo o país para discutir propostas alternativas à atual crise vivida no país

No dia 31 de março, o SENGE-RJ e a Fisenge iniciam o projeto “SOS Brasil Soberano”. O objetivo é debater um modelo de construção do Brasil até 2035, focado na engenharia, na soberania e no desenvolvimento econômico e social. Será realizada uma série de encontros, com especialistas em vários setores estratégicos da tecnologia, ciência, economia, política e defesa para discutir propostas alternativas para a atual crise vivida no Brasil.

O presidente do SENGE-RJ, Olímpio Alves dos Santos, acredita que o projeto é fundamental para colocar ações em prática.

“Nosso objetivo é criar propostas concretas para resolver os problemas e a crise, de imediato. Nós te-



mos o hábito de ficar apenas reagindo às situações. Queremos mudar esse paradigma”, explica Olímpio.

O primeiro encontro, que será realizado no dia 31 de março, no Rio de Janeiro, tem como tema “Contra

a crise, pelo emprego e pela inclusão”. Especialistas irão debater medidas de caráter imediato, anticíclicas, visando a retomada imediata do emprego e a reversão das perspectivas cruéis de uma longa depressão da economia brasileira.

“Precisamos mostrar que é necessário discutir o papel das empresas em setores estratégicos. As empresas estatais viraram cabides de interesses políticos e privados; e as empresas privadas viraram pontos de corrupção, o que as está destruindo, sem ninguém pensar no conteúdo tecnológico importante que elas possuem”, defende o presidente do SENGE-RJ.

O evento será entre as 9h e as 17h, no auditório da Faculdade MacKenzie, Avenida Rio Branco 277 – 3º andar.

Evento debate luta das mulheres pela Anistia

Durante o encontro, também foi realizada uma homenagem à Elsa Parreira, engenheira e funcionária do SENGE-RJ

No dia 09 de março, o SENGE-RJ promoveu o debate “A luta das mulheres pela Anistia”. O evento contou com a presença de Ana Müller, advogada de mortos e desaparecidos políticos e fundadora do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA-RJ), e da diretora do Coletivo de Mulheres da Fisenge, Simone Baía.

Além do debate, foi feita uma homenagem em memória de Elsa Parreira, engenheira e funcionária do Sindicato (foto), que lutou pelo restabelecimento da democracia no Brasil durante o período da Ditadura Militar.

O encontro foi realizado no auditório do SENGE-RJ.



Senge-RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.

Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707

Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: informe@sengerj2.org.br

comunicacao@sengerj2.org.br